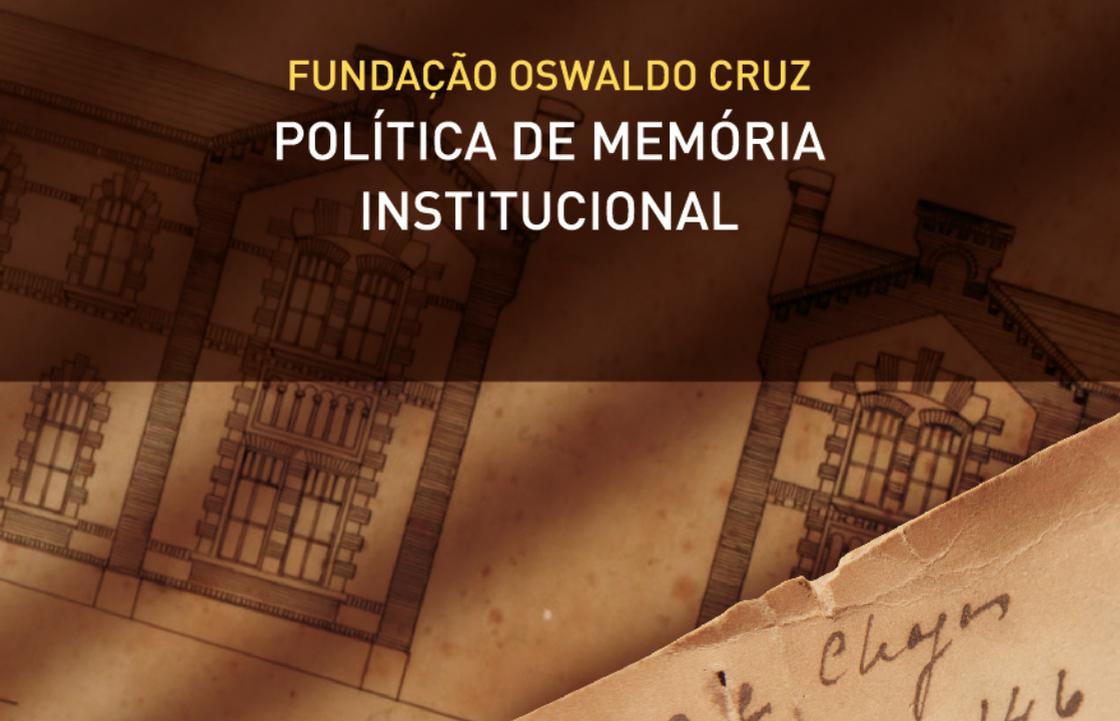


FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS
LABORATÓRIOS DE QUÍMICA



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ POLÍTICA DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL



Prof. Carlos Chagas
Pagamento de 146

Fundação Oswaldo Cruz

Política de Memória Institucional da Fiocruz

Rio de Janeiro

Fiocruz-COC

2020

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidência

Nísia Trindade Lima

Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

Marco Antonio Carneiro Menezes

Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas

Rodrigo Correa de Oliveira

Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação

Cristiani Vieira Machado

Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde

Marco Aurelio Krieger

Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Mario Santos Moreira

Elaboração:

Comissão do Conselho Deliberativo para elaboração da Política de Memória Institucional da Fiocruz

Paulo Roberto Elian dos Santos – COC (coord.)

Anakeila Stauffer – EPSJV

Hermano Castro – ENSP

José Paulo Gagliardi Leite – IOC

Lucina Matos – COGEPE

Rodrigo Murtinho – ICICT

Sinval Brandão Filho – IAM

Relatoria:

José do Nascimento Junior – COC

José Victor Regadas Luiz – EPSJV

Liene Wegner – COC

Paulo Roberto Elian dos Santos – COC

Raquel Aguiar – IOC

Rodrigo Murtinho – ICICT

Colaboração:

Elizabeth Ferreira Rangel – IOC

Marcelo Pelajo – IOC

Rita Mattos – ENSP

Silvia Bezerra – IAM

Tania Santos – ICICT

Elaborado a partir de documento de referência do Grupo de Trabalho da Casa de Oswaldo Cruz “Ações Museológicas e Memórias Institucionais”:

José do Nascimento Junior (coord.)

Denise Coelho Studart

Diego Bevilaqua

Érica de Castro Loureiro

Felipe Almeida Vieira

Kaori Kodama Flexor

Maria Cristina Coelho Duarte

Pedro Paulo Soares

Capa, projeto gráfico e diagramação: Silmara Mansur | Emily Santos

© 2020 Fundação Oswaldo Cruz. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte, exceto para venda ou qualquer fim comercial. Venda proibida. Distribuição gratuita. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica. O conteúdo desta e de outras obras da Fiocruz pode ser acessado na página: www.arca.fiocruz.br

Tiragem: 1ª edição – 2020 – versão eletrônica

Elaboração, distribuição e informações:

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Comissão responsável pela elaboração da política da Fiocruz, criada pela Portaria No 1288 /2018-PR de 10/10/2018 e Portaria No 1582/2018-PR de 14 /12/2018

Av. Brasil, 4365, Manguinhos, CEP 21040-900 – Rio de Janeiro/RJ

Site: www.fiocruz.br

F981 Fundação Oswaldo Cruz.

Política de memória institucional da Fiocruz / Fundação Oswaldo Cruz.
– Rio de Janeiro: Fiocruz - COC, 2020.
56 p.

ISBN 978-85-9543-026-6

1. Normas Técnicas. 2. Memória Institucional. 3. Políticas. 4. Preservação.

CDD 021

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

Este documento foi construído colaborativa e coletivamente, a partir dos saberes, reflexões e experiências acumulados por profissionais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O processo teve início com a criação de um Grupo de Trabalho da Casa de Oswaldo Cruz em 09/01/2017 que elaborou o documento de referência "Contribuição a uma política de memória institucional da Fiocruz", submetido ao Conselho Deliberativo (CD) da Fiocruz em 19/07/2018. Tomando como base este documento de referência foi criada, em 10/10/2018, uma comissão integrada por membros do CD Fiocruz para elaborar a primeira versão da Política de Memória Institucional da Fiocruz. A formulação desenvolvida por este grupo foi apresentada às Câmaras Técnicas da Fiocruz de Pesquisa (em 01/04/2019), de Coleções Biológica (em 25/04/2019), e de Informação e Comunicação (em 29/04/2019). Após esses debates, a Política passou por um período de Consulta Interna entre 01/07 e 31/08/2019 para receber contribuições dos trabalhadores e estudantes da instituição. O texto consolidado pela Comissão do CD Fiocruz seguiu para apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo (CD) da instituição em 27/11/2019, com subsequente publicação, por meio da **Portaria Interna nº. 5303/2020**.

SUMÁRIO

Apresentação	8
Objetivo	15
Princípios	15
Diretrizes	17
Governança	19
Financiamento	21
Definições	21
Referências	28
Anexo: a memória na Fiocruz	35
Casa de Oswaldo Cruz: um centro de memória	35
A memória e sua relação com outras políticas e ações da Fiocruz	51
Preservo e as políticas de preservação de acervos.....	52
Trajetória de ações museológicas.....	53

APRESENTAÇÃO

A Política de Memória Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) se propõe a orientar as iniciativas que visem a recuperar, registrar, valorizar e difundir a memória na instituição, de maneira que se desenvolvam de forma integrada e alinhada a princípios e diretrizes gerais comprometidos com a identidade institucional, que vem sendo constituída a partir das múltiplas e distintas narrativas que convergem para a unidade na diversidade de uma Fiocruz em constante transformação.

Ao longo de décadas, a Fiocruz vem incorporando e criando um conjunto de unidades situadas não somente em seu campus sede, em Manguinhos-RJ, mas em todas as regiões do Brasil e de outros países, resultando em uma instituição plural e complexa, na qual a tradição secular e a busca por diversidade cultural e inovação se combinam de maneira ímpar no contexto das instituições públicas brasileiras. Uma política de memória vem ao encontro do ideal de compartilhamento e circulação de narrativas que vinculem o projeto original da Fiocruz às múltiplas experiências que marcam sua trajetória.

Com origens que remontam à criação do Instituto Soroterápico Federal, em 1900, e constituída como Fundação em 1970, a Fiocruz é um agente estruturante nas políticas públicas de saúde no país, tendo como missão produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma a contribuir para a promoção da saúde e a qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.

Traço histórico relevante na matriz institucional criada por Oswaldo Cruz, a presença nacional da Fiocruz tem raízes em expedições científicas que acompanharam a expansão do Estado moderno no Brasil ao longo do século 20, na política social de saúde pública e em obras para a modernização de sua infraestrutura – com a construção de ferrovias, projetos de desenvolvimento regional na Amazônia, obras contra as secas no Nordeste –, entre outros. Esta atuação traz uma ideia identitária que articula a Fiocruz, ao longo de sua história, à construção da nacionalidade e à instituição de quadros normativos para uma saúde pública de alcance nacional.

Na década de 1980, ciente dos papéis que a história, a memória, a informação e a comunicação poderiam desempenhar no movimento da reforma sanitária, a Fiocruz empenhou-se na criação de unidades dedicadas a estas questões. Neste sentido, Arquivos, Bibliotecas e Museus, até então atividades e espaços tradicionais e respeitados, passaram a receber também o tratamento de áreas finalísticas e, sobretudo, integradas aos planos e às estratégias do projeto institucional.

No contexto da redemocratização política do país e sob a gestão renovadora do sanitarista Sérgio Arouca, a Fiocruz criou, em 1986, unidades dedicadas à história e à memória institucional e da saúde pública, à documentação e à informação, como a Casa de Oswaldo Cruz (COC) e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT)¹. Estas iniciativas inovadoras lançadas nos marcos da luta pela reforma sanitária – consolidada na Constituição Federal de 1988 – instituiu centros de pesquisa que estruturam em bases profissionais as diferentes dimensões

¹ Em 1986, denominado Superintendência de Informação Científica e Tecnológica (SICT). Posteriormente torna-se centro e adota a sigla CICT. Em 2006, com a nova estrutura administrativa das unidades da Fiocruz assume o nome ICICT em decorrência da mudança para Instituto.

da memória, mas especialmente aquelas constituídas por acervos documentais formados por arquivos, coleções bibliográficas e museológicas. A estas iniciativas soma-se a criação, no mesmo período, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), voltada à formação profissional para o SUS.

A presença da Fiocruz na sociedade, ao lado de outras instituições, no movimento da Reforma Sanitária e no processo político e social de concepção do SUS, é parte constitutiva da história da saúde no país. Vale ressaltar que, com o trabalho no campo da memória, a Fiocruz tem papel central em contribuir para a construção de uma memória coletiva do campo da saúde, visto que sua atuação em redes, programas, cooperações técnicas nacionais e internacionais envolve atores e gera acervos relacionados a diversos grupos e instituições ligadas à Saúde, Ciência & Tecnologia.

A expansão institucional, fortemente impulsionada nos últimos anos com a ampliação da atuação da Fiocruz no território nacional, tem colocado o desafio de pensar uma política de memória capaz de fornecer diretrizes, democraticamente pactuadas, visando à preservação das múltiplas trajetórias de atuação conformadas no ambiente institucional sem abrir mão da unidade capaz de identificá-las como expressões particulares de um projeto mais amplo.

Tal política deve considerar a trajetória e experiência dos indivíduos e grupos que participaram e participam da história da instituição, estando também assentada nos acervos bibliográficos, arquivísticos, biológicos, museológicos, arquitetônicos, urbanísticos e arqueológicos constituídos ao longo desse caminho e reconhecidos como patrimônio cultural e científico da instituição. Essa política tampouco deve descurar das memórias até então não documentadas e que podem ser objeto de registro e difusão.

Cabem destacar dois aspectos centrais para o êxito da implantação de uma política dessa natureza: em primeiro lugar, compreender que a identificação, captação, reunião e sistematização de acervos e informações requerem um enérgico e permanente trabalho de organização e preservação, a partir do qual será possível formular programas que se desdobram em ações e projetos específicos; em segundo lugar, uma política de memória deve reconhecer e dialogar com as diferentes políticas, programas e ações institucionais já formuladas ou em curso, notadamente nas áreas de preservação do patrimônio, gestão de documentos, acesso à informação e ao conhecimento, comunicação e divulgação científica.

Compreende-se ações de memória não apenas como mecanismos para reconhecer, documentar, reforçar e celebrar traços identitários, mas também como uma oportunidade para que a instituição possa refletir e pensar criticamente a respeito de sua própria trajetória, nos mais diversos contextos. A pluralidade e a complexidade da Fiocruz, ao mesmo tempo em que constituem desafios, propiciam condições para várias formas de interação. O intuito, portanto, é fortalecer e ampliar uma cultura de preservação, valorização e circulação de experiências e conhecimentos gerados no ambiente institucional e por ele propiciados, e criar condições para que os desejos de memória nas diversas unidades da Fiocruz possam aflorar apoiados e orientados por uma política compartilhada e de caráter integrador.

A presente política está alinhada às diretrizes aprovadas no VIII Congresso Interno da Fiocruz: *a Fiocruz e o Futuro do SUS e da democracia*, realizado em 2018. A Tese número 3 prevê que a geração de conhecimentos na instituição deve estar orientada para o cumprimento da sua missão e em diálogo com a sociedade, produzindo novas abordagens, alternativas e inovações que

favoreçam a consolidação do SUS. Este entendimento é traduzido na Diretriz Político-Institucional número 28²:

Promover um ambiente institucional propício ao desenvolvimento de um sistema de CT&I que considere a dimensão cultural da ciência e a memória como componentes de sua concepção e dinâmicas política, econômica e social.

Para efeito dessa política, a constituição e a formalização da memória institucional referem-se, de um lado, tanto à preservação do patrimônio e de um legado do passado de uma instituição em sua permanência, quanto, por outro lado, à criação e à atualização de uma identidade coletiva, que se move continuamente no presente e se projeta ao futuro. A memória institucional envolve assim necessariamente a seleção dos seus elementos constitutivos, cuja ação é negociada no próprio campo social a que pertence a instituição.

Contempla informações, percepções e interpretações a respeito da trajetória de uma instituição que são intencionalmente retidas ou recuperadas e armazenadas, sistematizadas e disseminadas para promover o conhecimento e melhor compreensão a respeito dos processos que levaram à criação, legitimação, manutenção e reprodução de determinada instituição em sua singularidade. Mesmo frente a um campo social de forças em permanente tensão, a memória institucional auxilia na preservação de certos comportamentos, características, mapas mentais, significados, normas, hábitos, premissas, ideias, experiências e valores ao longo do tempo, estabelecendo um ambiente propício a um senso de filiação individual a um coletivo ao qual se adere pelo

² Documento disponível no site do Congresso Interno da Fiocruz, no link: <<https://congressointerno.fiocruz.br/documentos>>

reconhecimento de sua identidade e aspirações. Ao promover a reflexão a respeito dos contextos que levaram à implementação de decisões institucionais ao longo do tempo, a memória institucional serve ainda para sustentar decisões presentes, atualizando e legitimando identidades e gerando maior aprendizagem organizacional.

O tema da memória tem sido pensado em suas diversas dimensões. A aceleração do tempo histórico, vivenciada pelas sociedades contemporâneas e manifestada nas mudanças dos diferentes suportes informacionais, ajuda a explicar um desejo de memória crescente, seja por indivíduos, seja por instituições, assim como de criação de “lugares de memória” reconhecidos e vivenciados como tal pelos profissionais e demais públicos com os quais a instituição se relaciona, propiciando um sentimento de pertencimento a um coletivo institucional.

No contexto das instituições, os desejos de memória, quando considerados e articulados por meio de uma política integradora, têm o potencial de fortalecer um sentimento de pertencimento entre indivíduos de um mesmo coletivo, ainda que separados pelo tempo e espaço. Para isso, se faz necessária a criação ou a ativação de “lugares de memória” com o intuito de unir gerações, propiciando a construção de uma narrativa comum ou mesmo possibilitando um ambiente de disputas de diferentes narrativas.

Iniciativas que, recentemente, valorizaram “lugares de memória” institucionais podem ser identificadas no *Ano Oswaldo Cruz*, estabelecido em março de 2017 em referência ao centenário de morte do patrono da Fiocruz, e nas comemorações do centenário do Castelo de Manguinhos, patrimônio icônico da Fiocruz, ao longo de 2018. O evento conhecido como “Massacre de Manguinhos” também pode ser pensado como um “lugar de memória” da Fiocruz. Em 1970, dez pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz

foram cassados pela ditadura militar. A reintegração desses cientistas, na metade da década de 1980, afirmou o processo de redemocratização do país e da própria Fiocruz. Criar uma cultura de memória passa pela ideia de que marcos como esse sejam reconhecidos e compartilhados. No exemplo fornecido pelo episódio do “Massacre de Manguinhos”, não se trata, apenas, de reverenciar a memória dos cientistas cassados, mas de refletir sobre as condições que possibilitaram o evento, o dever que essa memória impõe às novas gerações e o aprendizado que pode ser auferido, coletivamente, diante da sua rememoração.

Ao longo da trajetória de uma instituição, procedimentos seletivos – imbuídos de motivações de variadas naturezas, sejam elas técnicas, políticas, ideológicas, ou outras – são naturais e mesmo necessários para que se possa manter como ativo institucional, especialmente considerada a condição tangível dos registros da memória, aqueles mais relevantes para representar as maneiras pelas quais determinada instituição emergiu e se legitimou ao longo do tempo. Assim, memória e esquecimento dialogam constantemente.

Ao mesmo tempo, o passado de uma instituição ultrapassa ela mesma. Sua memória é constituída por diversos agentes (internos e externos, individuais e coletivos), que também possuem registros e percepções a seu respeito, interferindo e refazendo a imagem institucional. A memória institucional é também, portanto, a produção de uma memória dos saberes valorizados por aqueles que atuam na instituição ou com ela interagem, fato que destaca ainda o papel dos indivíduos em iniciativas dessa natureza, reconhecendo as tradições construídas por determinados grupos sociais. Outra dimensão a ser considerada em uma política de memória institucional diz respeito a atividades que devem ser realizadas no tempo presente, possibilitando o registro, bem como a reflexão crítica sobre as realizações e desafios institucionais, tornando-os passíveis de recuperação futura e, principalmente, de

apropriação presente. Essa perspectiva de composição e utilização de um acervo de experiências pode promover ainda uma maior aprendizagem organizacional, a partir do reconhecimento e acesso às diferentes vivências institucionais.

Por fim, é preciso ter em mente que pensar a memória é pensar também o futuro, pois não existe inovação sem o recurso à memória em uma instituição como a Fiocruz, que visa à construção do conhecimento e ao estabelecimento de políticas no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. O estímulo a uma cultura de memória é estratégico, portanto, no sentido de fortalecer a identidade da Fiocruz como instituição pública de Estado.

OBJETIVO

A presente política tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades que orientem, articulem e estimulem iniciativas, programas, planos e procedimentos relacionados à memória institucional da Fiocruz.

PRINCÍPIOS

A Política de Memória Institucional da Fiocruz busca reforçar a perspectiva de que a memória é um componente estratégico da construção atual e futura da Fiocruz, na sua diversidade e na sua atuação como instituição dedicada à Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Ao mesmo tempo, é estratégica no

fortalecimento da identidade institucional e na sua interlocução com os diversos atores da sociedade. É transversal a diferentes dimensões da vida institucional, colaborando para uma reflexão sobre os desafios do momento atual e os rumos do futuro.

São princípios desta política:

Diálogo entre passado, presente e futuro

Reconhecimento das dimensões de temporalidade da memória e o sentido contemporâneo enquanto base para a inovação e a construção do conhecimento. São estágios temporais reconhecer que o cotidiano é construído por elementos contingentes e transitórios que organizam o passado, o presente e o futuro. O legado da Fiocruz somente pode ser ativado e valorizado se seus significados forem compartilhados no presente e projetados para o futuro. A memória é necessária e imprescindível para a construção da identidade, de narrativas que acionem e atualizem a herança simbólica institucionalizada da Fiocruz.

Acesso e democratização do conhecimento

Valorização da função social da memória e de sua capacidade de contribuir para a organização do conhecimento institucional, com vistas à ampliação do acesso aos diferentes acervos que constituem o patrimônio científico e cultural da Fiocruz e, portanto, à democratização e ao acesso aberto ao conhecimento produzido pela Fiocruz, bem como às experiências que conformam as distintas vivências institucionais.

Sociedade, territórios e construção da memória

Reconhecimento e valorização da contribuição de indivíduos e grupos sociais dos territórios na construção da memória, por

serem portadores de saberes, percepções, acervos e práticas que dialogam com a imagem e o conhecimento institucional.

Diversidade de atores e de identidade das unidades

Respeito às distintas trajetórias e à pluralidade das unidades que conformaram a Fiocruz ao longo do tempo, reconhecendo o papel que cumprem em seus respectivos territórios e campos de atuação, na institucionalização de uma ciência voltada à solução dos problemas de saúde da população e à superação das desigualdades sociais.

Valorização da diversidade de atores, práticas e lugares que contribuem para a organização institucional e a atuação da Fiocruz.

Valorização das trajetórias individuais, construídas em espaços coletivos criadores da cultura profissional e do patrimônio tangível e intangível.

DIRETRIZES

A política considera as diretrizes a seguir para a elaboração de iniciativas, planos, programas e projetos de memória institucional da Fiocruz:

Garantir a articulação da Política de Memória Institucional com outras políticas, programas e ações institucionais.

Estimular a constituição e/ou fortalecimento de núcleos de memória das unidades da Fiocruz.

Valorizar ações de memória institucional e a troca de experiências, promovendo o trabalho colaborativo e em rede e o fortalecimento de espaços institucionais e interinstitucionais com essa finalidade.

Atuar para que os espaços de memória institucional sejam reconhecidos como tal pelos públicos que se relacionam com a Fiocruz.

Estimular iniciativas de divulgação dirigidas aos variados públicos, pelos mais diversos canais, de forma a fortalecer a memória, difundir a história da instituição e sua importância para a ciência, a tecnologia e a saúde pública no Brasil.

Favorecer a articulação de ações de memória institucional com aquelas voltadas à divulgação do patrimônio preservado.

Estimular a adoção de soluções integradas e articuladas de repositórios institucionais que garantam a guarda, preservação e disseminação dos produtos resultantes de ações de memória e dos acervos da Fiocruz.

Estabelecer e aprimorar programas de depoimentos dos trabalhadores, de forma a contemplar a diversidade profissional e social, valorizar suas contribuições e diferenças geracionais e registrar experiências e conhecimentos.

Estimular e integrar iniciativas de pesquisa sobre o tema da memória institucional, fortalecendo as parcerias intra e interunidades.

Promover iniciativas de formação e capacitação de atores locais na área da memória.

Fomentar ações de formação com conteúdo sobre história institucional da Fiocruz e história da saúde pública no Brasil para os trabalhadores e estudantes da Fiocruz.

Assegurar, em futuros concursos públicos, a introdução de conhecimentos sobre a história institucional da Fiocruz, como instituição de Estado, na sua relação com o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde no Brasil e a construção, fortalecimento e consolidação do SUS.

Apoiar a criação de espaços de memória nos territórios em que a Fiocruz está inserida.

Garantir espaços e recursos para o desenvolvimento de iniciativas de memória institucional.

Priorizar ações voltadas para acervos tangíveis e intangíveis em circunstâncias de risco.

Fortalecer a articulação permanente das instâncias de governança da política.

GOVERNANÇA

Para garantir a implementação da Política ficam instituídos mecanismos de governança em quatro níveis: deliberativo, consultivo, executivo e operacional.

Conselho deliberativo da FIOCRUZ (CD Fiocruz)

É a instância de tomada de decisão em questões relativas à Política de Memória Institucional. Tem a atribuição de aprovar, avaliar e monitorar a política e suas revisões.

Comitê consultivo

Colegiado responsável pela orientação estratégica, supervisão e acompanhamento das ações relacionadas à implementação da Política. Será composto por membros representantes das unidades indicados pelo CD Fiocruz e instituído por portaria da Presidência da Fiocruz. O Comitê, a seu critério, poderá chamar convidados para reuniões do colegiado.

Coordenação executiva

Grupo ao qual compete a coordenação, gestão, operação, implementação e comunicação da Política de Memória Institucional. Tem por objetivos implementar as linhas de ação e plano de trabalho, e promover a articulação entre as unidades. Formado por diferentes unidades, sua coordenação estará sob a responsabilidade da Casa de Oswaldo Cruz.

Núcleos de memória institucional

Responsáveis por propor, acompanhar, realizar e avaliar ações de memória institucional no limite de cada unidade, em consonância com as diretrizes da Política de Memória Institucional. Constituem-se, a critério das unidades, como instâncias colegiadas (comissões, grupos de trabalho, comitês, ou outras modalidades) vinculadas à direção das unidades, em permanente articulação com a Coordenação Executiva.

FINANCIAMENTO

As questões de financiamento são fundamentais para que as unidades contemplem as ações de memória em sua programação anual e planos estratégicos, de forma a fortalecer a institucionalização da Política de Memória Institucional. Variados mecanismos e instrumentos de financiamento podem ser garantidos por meio do orçamento Fiocruz, recursos das unidades, emendas parlamentares e captação de recursos externos via leis de incentivo nacional e editais internacionais, entre outros.

DEFINIÇÕES

As definições têm como objetivo harmonizar a compreensão de alguns conceitos norteadores adotados por esta Política e que guardam relação com ações de memória por ela orientadas.

Ação Museológica: É entendida como o processo integrado por meio do qual os diferentes desejos dos agentes de memória constituem coleções, biológicas, históricas, artísticas e científicas visando a preservação, a conservação e a difusão dos conhecimentos formadores desses conjuntos, ou mesmo de elementos individualizados. Pode visar ou não a constituição de espaços de memória e de coleções visitáveis, possibilitando construir uma narrativa de difusão e de produção dos conhecimentos e trajetórias sobre esses acervos. Essas ações fundam o patrimônio museológico das instituições e dos grupos sociais, e territórios ao quais estão vinculados e articulados.

Acervos: Conjunto de bens que integram o patrimônio de um indivíduo, de uma instituição, de uma nação, em geral agrupados

segundo sua natureza e seguindo uma lógica de organização. O valor cultural abrange, entre outros, os valores histórico, artístico e/ou científico, este último entendido como aquele que possui excepcional valor sob o ponto de vista da ciência, destacando-se esse valor em relação a outros que porventura possua. (Política de Preservação de Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz, 2018).

Arquivo: O termo possui duas acepções básicas: (1) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e a conservação e o acesso a documentos, e (2) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, Arquivo Nacional, 2005).

Biblioteca: (1). Coleção material de impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfilmes, discos, vídeos e semelhantes que escapam à expressão "material manuscrito ou impresso". (2). "Coleção organizada de registros de informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários. Neste contexto, a palavra biblioteca abrange os objetivos e funções de outros tipos de serviços de informação, unidades de informação, entre outros". (3). Sala ou prédio onde são guardadas, ordenadamente, coleções de livros e outras espécies documentárias. (4). Nome que designa: a) um conjunto de arquivos; b) um conjunto de programas, rotinas e subprogramas, já testados, que podem ser utilizados no processo.

Centro de Documentação: (1). "Qualquer entidade que tenha como função principal a aquisição, tratamento, armazenamento e divulgação de livros, periódicos e/ou outros documentos" (UNESCO. Unisist Guidelines); (2). Entidade cujo o objetivo é a seleção, aquisição, tratamento, armazenamento e recuperação de documentos e informações específicas, além da divulgação seletiva da informação, por meio de resumos, extratos, índices e boletins. (3). "Serviços polivalentes de informação que fornecem traduções, referências e resumos, relativos a uma ou mais disciplinas em base nacional ou internacional" (UNESCO. Unisist Guidelines).

Coleção: De modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de bens culturais (obras, artefatos, espécimes, documentos, testemunhos,) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir. Para se constituir uma verdadeira coleção, é necessário que esses agrupamentos de objetos formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo. (DESVALLÉS e MAIRESSE, 2013)

Divulgação e popularização da ciência: Referem-se às ações dedicadas a tornar o conhecimento científico mais acessível ao público amplo, para além das estratégias formais de educação, utilizando-se de plataformas e mídias diversas. Seu objetivo é fortalecer os laços entre a ciência e o cidadão, por meio da informação e do engajamento do público no debate político da ciência e das questões científicas.

Educação museal: Ao longo de sua existência, os museus foram assumindo cada vez mais, e de formas diferenciadas, seu papel educacional. A perspectiva educativa dessas instituições vem se modificando com o tempo, sendo possível identificar tendências próprias da educação nas ações desenvolvidas por esses espaços.

Nesse contexto, os museus vêm sendo caracterizados como locais que possuem uma forma própria de desenvolver sua dimensão educativa. Identificados como “espaços de educação não formal”, essa caracterização busca diferenciá-los das experiências formais de educação, como aquelas desenvolvidas na escola; e das experiências informais, geralmente associadas ao âmbito familiar. A educação não formal se caracteriza por suas formas de atuação mais participativas e descentralizadas e pelo aspecto espontâneo e de motivação pessoal, assim como pelo seu caráter de educação continuada. Diferentes públicos que frequentam museus possuem expectativas diferenciadas em relação à aprendizagem: alguns privilegiam a livre aprendizagem, enquanto outros preferem ter uma experiência educacional mais direcionada. A educação não formal tem um forte componente afetivo, visto que o que se aprende está geralmente relacionado aos interesses do aprendiz. Do ponto de vista do planejamento das ações educativas nos museus, é importante que curadores e educadores, incluindo nesse grupo os mediadores, delineiem objetivos educativos para suas atividades e estejam a par das tendências educacionais do momento (CAZELLI, S.; MARANDINO, M.; STUART, D.; 2003).

Educação Patrimonial: Abrange ações estruturadas de educação relacionadas à preservação de acervos culturais e à valorização da memória, que devem ser concebidas de forma articulada com outras políticas institucionais, e de modo cooperativo e solidário com a sociedade e com os diversos atores no campo do patrimônio cultural. Deve ainda possibilitar à sociedade a apropriação de seu patrimônio cultural e o fortalecimento do cidadão como sujeito histórico no processo de produção e de preservação desse patrimônio. (Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da COC, 2013)

Lugares de memória: São ambientes, espaços, recursos, práticas, representações e suportes materiais pelos quais se produz e se

difunde a memória coletiva, concebida como o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado. Segundo Nora, é preciso existir uma vontade de memória para que existam os lugares de memória. Mesmo os lugares físicos, como os arquivos, só podem ser considerados lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. (NORA 1993, LE GOFF 1990).

Museu: Assume-se que não existe apenas um conceito de museu, mas sim uma diversidade conceitual, se expressando conforme os contextos e suas tipologias.

Em 2015 a UNESCO aprovou a “Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade”, na qual o termo museu é entendido, conforme definição do ICOM-Conselho Internacional de Museus, como *“uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu ambiente para os propósitos de educação, estudo e entretenimento.”*

Como tal, museus são instituições que buscam representar a diversidade cultural e natural da humanidade, assumindo um papel essencial na proteção, preservação e transmissão do patrimônio. Mesmo assim muitos países também buscam construir o conceito de museu a luz de sua realidade de seus contextos das políticas museológicas.

O Brasil também elaborou uma definição própria de museu, expressa no estatuto de museus (Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009) que diz: *“Consideram-se museus, para efeito dessa Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam, e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjunto e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de*

qualquer outra natureza cultural, abertas ao público a serviço sociedade de seu desenvolvimento. ”

Documentos internacionais, como a Declaração de Salvador - Bahia, de 2007, do programa Ibermuseus, aprovada pelo conjunto dos 22 países Ibero-americanos, aponta a seguinte definição: *“Compreendendo os museus como instituições dinâmicas, vivas e de encontro intercultural, como lugares que trabalham com o poder da memória, como instâncias relevantes para o desenvolvimento das funções educativa e formativa, como ferramentas adequadas para estimular o respeito à diversidade cultural e natural e valorizar os laços de coesão social das comunidades ibero-americanas e sua relação com o meio ambiente”.*

A partir dos diferentes conceitos de museu devemos levar em consideração alguns aspectos para reflexão, entre os quais: (1) museus são instituições que representam os grupos sociais, sociedades e territórios onde estão inseridos e (2) museus são instituições fundamentais para garantia do direito à memória; (3) há uma diversidade de possibilidades para tornarmos esses conceitos tangíveis; (4) o cumprimento da função social do museu é um elemento estratégico no contexto da Fiocruz.

Patrimônio cultural das ciências e da saúde: Patrimônio cultural é a herança do passado e o que se produz no presente como expressão representativa de uma cultura, de um povo, de um grupo, de uma instituição etc. Constituído pelos bens materiais e imateriais, reunidos em acervos, são reconhecidos por sua ancestralidade, importância histórica e cultural e que, portanto, adquirem um valor único, constituindo-se como referenciais culturais e de identidade que devem ser transmitidos.

O ‘patrimônio cultural da saúde’ é entendido como um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas

dimensões científica, histórica e cultural (Termo de Constituição da rede latino-americana de história e patrimônio cultural da saúde, 2005).

No campo das ciências e da saúde, o patrimônio cultural reúne todos os produtos e registros dos processos de pesquisa, educação, desenvolvimento tecnológico, produção e assistência à saúde e provenientes dos diferentes campos disciplinares das ciências humanas e sociais.

Preservação: Medidas e ações definidas com o objetivo de salvaguardar os bens culturais e garantir sua integridade e acessibilidade para as gerações presentes e futuras. Inclui ações de gestão, identificação, catalogação, descrição, divulgação, conservação e restauração. (COC. Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde, 2013)

Patrimônio imaterial: O conceito de “patrimônio cultural imaterial”, conforme a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, refere-se às práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – bem como instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006)

Território: A noção de território refere-se “antes a relações sociais

projetadas no espaço, que espaços concretos” (Souza, 1995, p. 87). Nesse sentido, o território é necessariamente “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Raffestin, 1993, p. 54). No setor da saúde, os territórios estruturam-se em uma rede de serviços que devem ser ofertadas pelo Estado a todo e qualquer cidadão como direito de cidadania. Sua organização e operacionalização no espaço geográfico nacional deve se pautar, assim, pelo pacto federativo e por instrumentos normativos que assegurem os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde, definidos pela Constituição Federal de 1988. (Dicionário da educação profissional em saúde, 2008)

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Henrique. Notícia Histórica sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz (Instituto de Manguinhos). Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Tomo 48, 1950, p.49. Rio de Janeiro, 1950.

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: 2005.

AZEVEDO, Nara. LIMA, Ana Luce Girão Soares de. Carlos Chagas Filho: cientista brasileiro, profissão esperança. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

BORTOLETTO, Maria Élide; SANT'ANNA, Marilene Antunes. A história e o acervo das obras raras da Biblioteca de Manguinhos. História, Ciência, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, 2002, v. 9, n. 1, p. 187-203. Acesso em <14 fev 2019>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n1/a09v9n1.pdf>>

BENCHIMOL, Jaime Larry. Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque. Rio de Janeiro: Fiocruz/ COC, 1990.

_____. FEBRE AMARELA: A doença e a vacina, uma história inacabada. Jaime Larry Benchimol (coord.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 470 pp.

BRASIL. Secretaria do Patrimônio. Política Nacional de Museus: memória e cidadania. Museu e Artes Plásticas, Ministério da Cultura. Brasília: Minc, 2003.

BRITO, Nara. Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006

CASA DE OSWALDO CRUZ. Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz-COC 2013 Disponível em <http://coc.fiocruz.br/images/PDF/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf>

CASA DE OSWALDO CRUZ; UNIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO CHILE. HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE: Termo de constituição da Rede Latino-americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde. Salvador. 2005. Disponível em: <<http://hpcs.bvsalud.org/vhl/redes-hpcs-nacionais-2/>>

CAZELLI, Sibeles; MARANDINO, Martha; STUDART, Denise. "Educação e Comunicação em Museus de Ciência: aspectos históricos, pesquisa e prática." In: GOUVEA, G.; MARANDINO, M.; LEAL, M.C. (orgs). Educação e Museu: a construção do caráter educativo dos museus de ciência. Rio de Janeiro: Access, 2003. p. 83-106.

CECCIM R. B. Debate (Réplica). Comunic. Saúde, Educ. v.9, n.16, p.161- 177. set. 2004/fev. 2005b.

COELHO, C. M. T.; PINHEIRO, M. J. A. Gestión de riesgos para el patrimonio cultural de la Casa de Oswaldo Cruz / Fundación Oswaldo Cruz. In: Cohen, D., La gestión de riesgos: casos y experiencias para la conservación del patrimonio cultural de Latinoamérica. Editorial Académica Española: Berlín, 2017, pp. 124-159.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451p.

DESVALLÉS, André e MAIRESSE, François. Conceitos-chave de museologia. São Paulo, ICOM/Armand Colin, 2013.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Rio de Janeiro: Ufrj-Minc-IPHAN, 2005.

GADELHA, Paulo Ernani. Depoimento concedido a Érica de Castro Loureiro. In: Conhecimento e Memória na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: reflexões e elementos para a construção de iniciativas de memória organizacional. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Ibict, 2016.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

IBERMUSEUS. Declaração da Cidade de Salvador. Bahia: 2007. Disponível em <http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/09/Declaracion-de-Salvador_POR.ESP_.pdf>

IGLESIAS, Fábio; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; MARTINS, Ruth B. (orgs). Vida, engenho e arte: o acervo histórico da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro; Casa de Oswaldo Cruz; 2014.

INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE. Informação e comunicação científica e tecnológica para o SUS. 5ª Oficina de Gestão. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE. Relatório de atividades 2011-2012. Rio de Janeiro, 2012.

KLEIN, Lisabel; AZEVEDO, Nara; KROPF, Simone; HAMILTON, Wanda. Inovando a tradição: Zigman Brener e a parasitologia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2003

LE GOFF, Jacques. Memória e história. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina Maria Oliveira; SANTOS, Paulo Roberto Elian (Org.). Uma escola para saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004

LIMA, Nísia Trindade; SANTANA, José Paranaguá de; PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Saúde coletiva: a Abrasco em 35 anos de história. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 2015

LIMA, Nísia Trindade; MARCHAND, Marie-Hélène (orgs). Louis Pasteur & Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Fundação BNP Paribas Brasil, 2006

LOUREIRO, Érica de Castro. Conhecimento e Memória na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: reflexões e elementos para a construção de iniciativas de memória organizacional. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Ibict, 2016. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/18457>>

MENESES, Ulpiano Bezerra Toledo. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas, in Conferência Magna no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, Ouro Preto, IPHAN, 2009.

_____. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de. Memória e cultura: a importância na formação cultural humana. São Paulo: Sesc SP, 2007.

Museus em números. Instituto Brasileiro de Museus 2011 Brasília: Vol 1, IBRAM.

MONTENEGRO, Antonio Torres (org.), FERNANDES, Tania (org.). Memórias revisitadas: o Instituto Aggeu Magalhães na vida de seus personagens. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz: Casa de Oswaldo Cruz, 1997. 500 p. ilus.

NASCIMENTO JUNIOR, José do. O rumo da Política Nacional de Museus. In: Relatório da 1º Fórum Nacional de Museus. Salvador: Ministério da Cultura, 2004.

_____. Los museos como agentes de cambio social y desarrollo. In Revista Museos nº 4, p 16-27. Madrid: Dirección Geral de Museus do Estado da Espanha, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história. Projeto História. São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA, Benedito T. (Coord.), Costa, Renato da G.R.; Pessoa, Alexandre J. de S. Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

PEREIRA, Isabel Brasil, LIMA, Júlio César França. Dicionário da educação profissional em saúde. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PINHEIRO, M. J. A.; COELHO, C. M. T. Novas estratégias para gestão e preservação do patrimônio cultural da Fundação Oswaldo Cruz: uma abordagem preventiva e interdisciplinar. In: III Seminário de Gestão do patrimônio cultural de ciência e tecnologia. v. 1. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 276-230.

Disponível

em:

<http://www.pcct2015.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=224>

Acesso em outubro de 2016.

PIRES-ALVES, Fernando Antônio. Depoimento concedido a Érica de Castro Loureiro. In: Conhecimento e Memória na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: reflexões e elementos para a construção de iniciativas de memória

- organizacional. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Ibict, 2016.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989, p.3-15.
- _____. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992.
- PONTE, Carlos; FALLEIROS, I. (Org.) Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2010
- POULOT, Dominique. Museu e Museologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2013
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RANGEL, M. Políticas públicas e museus no Brasil. In: Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. (Org.). RANGEL, M. F. Mast Colloquia v. 12: O Caráter Político dos Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2010, v. 12, p. 1-135.
- _____. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 7, nº1. Belém: jan-abril 2012.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 19, n. 55. São Paulo: 2004, p. 53-72.
- SCHEINER, Teresa. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. Apontamentos, memória e cultura. Revista do Mestrado em Administração de Centros Culturais, v. 4, n. 1. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1994, p. 14-34.
- SOARES, Pedro Paulo; NOGUEIRA, Inês Santos. Health collections in museums: The case of Oswaldo Cruz Foundation. In: Marcus Granato, Marta C. Lourenço. (Orgs). Scientific Instruments in the History of Science: studies in transfer, use and preservation. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.
- SOARES, Pedro Paulo. O Instituto Ageu Magalhães e o patrimônio histórico e cultural da ciência e da saúde pública em Pernambuco. Relatório Técnico. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, GOMES e CORRÊA (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEIXEIRA, Luiz Antônio; FONSECA, Cristina Maria Oliveira. De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2007

THIESEN, Icleia. Memória Institucional. 1 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, 312p.

UNESCO. Recommendation concerning the protection and promotion of museums and collections, their diversity and their role in society, adopted on 17 November 2015 by the General Conference of UNESCO at its 38th session. Paris, UNESCO, 2015. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>>

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em:

NORMATIVAS

BRASIL. Decreto Lei Federal nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm>. Acesso em: 7 fev. 2014.

BRASIL. Decreto Lei Federal nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/10/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=200>>

BRASIL. Estatuto de museus, de 14 de janeiro de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 2, de 18 de outubro de 1995. Dispõe sobre as medidas a serem observadas na transferência ou no recolhimento de acervos documentais para instituições arquivísticas públicas. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil. Brasília, DF, 24 de out. de 1995. Seção 1. p. 16779.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Legislação Arquivística Brasileira. Compilação disponibilizada pelo CONARQ da legislação brasileira aplicável a documentos arquivísticos e suas instituições de guarda. Disponível em

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=49>>

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Portaria da Presidência PR 353/2009 de 3 de agosto de 2009. Constitui o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em

<http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P353_2009.pdf>. Acesso: em 20 jul. 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Portaria da Presidência PR 012/2000 de 26 de janeiro de 2000. Estabelece procedimentos de recolhimento de acervo ao Departamento de Arquivo e Documentação. Disponível em

<http://www.castelo.fiocruz.br/portaria/Doc/P012_2000.pdf>. Acesso: em 7 fev. 2014.

ICOM. Estatuto do Conselho Internacional de Museus/Artigo 3 definições Milão, Julho de 2016. Disponível em <<http://icom.museum/la-organizacion/estatutos-del-icom/3-definiciones/L/1/#sommaircontent>>

ANEXO: A MEMÓRIA NA FIOCRUZ

Com o intuito de refletir sobre a memória no contexto institucional, as políticas de preservação e as trajetórias museológicas, apresenta-se aqui um panorama das iniciativas e desejos de memória já identificados na Fiocruz, de modo a possibilitar uma melhor compreensão da dimensão estratégica de uma política institucional que se dedique a essa temática.

Uma política de memória institucional para a Fundação Oswaldo Cruz deverá reconhecer que as unidades que a constituem são detentoras de identidades forjadas ao longo do tempo por objetivos e processos de trabalho distintos que marcaram fortemente suas trajetórias, bem como o *ethos* de cada uma delas.

Apresentaremos a seguir um panorama de ações e desejos de memória já identificados na Fiocruz, iniciando com uma breve apresentação da experiência da Casa de Oswaldo Cruz, unidade que nasce tendo entre seus objetivos o de coordenar e desenvolver atividades de “recuperação da memória e da pesquisa histórica referente à Fundação Oswaldo Cruz e à saúde em nosso país”³, seguida de um mapeamento não exaustivo de desejos e ações de memória institucional desenvolvidas em unidades da Fiocruz.

Casa de Oswaldo Cruz: um centro de memória

O estabelecimento da Casa de Oswaldo Cruz, em 1986, reflete a importância conferida pela Fiocruz a iniciativas intencionais e

³ Disponível no ato da Presidência da Fiocruz que constitui a Casa de Oswaldo Cruz.

Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/ato_presidencia_221.pdf Acesso em: outubro/2017>

estruturadas que envolvam a história da instituição, atendendo aos seus anseios de memória.

A criação da COC se deu em um contexto de luta contra a ditadura e afirmação da democracia no país, quando a memória e a história se configuravam como elementos importantes na vocalização e na vinculação de interesses democráticos a trajetórias históricas, de maneira a tornar esses projetos mais legítimos.

O interesse pela criação de uma unidade da Fiocruz voltada à memória emergiu neste cenário, no qual surgia no Brasil uma preocupação em buscar processos de gênese e entendimento de relações histórico-culturais, com a revitalização das discussões sobre o campo da memória, entendida como um processo de construção social, tendo a questão patrimonial ampliada para abarcar os bens intangíveis. A COC surge ainda em um momento de renovação da própria Fiocruz, que sob a presidência de Sergio Arouca se filiou ao processo da reforma sanitária, quando foi preciso recuperar e ressignificar também a tradição da saúde pública brasileira.

Ao longo de sua trajetória, a Casa acumulou larga experiência na pesquisa histórica e na prática, reflexão e criação de metodologias para lidar com os diversos artefatos de memória, sejam eles físicos, como os acervos arquivísticos, bibliográficos, museológicos, arquitetônicos e urbanísticos, sejam eles imateriais, como os elementos componentes do patrimônio cultural da saúde, experiência essa também revertida em ações de ensino e formação.

A constituição de acervos de depoimentos de história oral foi uma das primeiras frentes desenvolvidas. Há também vasta produção bibliográfica, ao lado de guias, catálogos, inventários e obras de referência resultantes de projetos de pesquisa a respeito da história da instituição, da saúde pública brasileira e de seus

personagens, algumas delas desenvolvidas em parceria com outras unidades da Fiocruz.

No campo da produção audiovisual, a COC realiza a produção de vídeos documentários e pequenas animações em divulgação científica. No campo da informação e da documentação, acumulou-se experiência na gestão de documentos e arquivos históricos e no recolhimento, captação, organização, conservação e difusão de arquivos, coleções bibliográficas e museológicas de natureza institucional e pessoal, além daquelas relacionadas à história da saúde pública. No campo da divulgação científica, cabe destacar a realização de exposições temporárias e itinerantes. Na década de 1990, a criação do Museu da Vida, representou a institucionalização das atividades expositivas e de educação em ciências em um novo espaço, que buscava estabelecer uma ponte entre especialistas e o público mais amplo. Aproximar de forma lúdica e criativa, a população do conhecimento científico.

Por fim, fazendo um paralelo entre o momento que suscitou a criação da COC, há 30 anos, de afirmação da democracia no país, e o atual contexto político e social de desafios colocados à Fiocruz e ao próprio SUS, vemos novamente um cenário em que reflexões no campo da memória se tornam estratégicas e necessárias para que a Fiocruz reafirme sua tradição de ser um agente de cidadania que promove a saúde e o desenvolvimento social, gerando e difundindo conhecimento científico e tecnológico.

Nesse sentido, ações colaborativas entre as unidades, com o engajamento de atores institucionais em processos de adesão a objetivos e metas comuns, tornará mais frutífera a busca por consenso em torno de temas como a valorização do patrimônio cultural, da história e da memória. Entre os ingredientes necessários para o sucesso de iniciativas dessa natureza podemos elencar o interesse e envolvimento da alta direção, a disponibilidade e alocação de recursos humanos e materiais para

iniciar e manter atividades de preservação, o estímulo e sensibilização dos membros das comunidades de profissionais, além de bolsistas, estagiários e estudantes.

Ações de memória hoje: desafios e perspectivas

Relacionamos abaixo algumas iniciativas e intenções, por parte das unidades da Fiocruz, voltadas à memória institucional. Sem pretensão de exaustividade, esse mapeamento traz ações que se encontram em momentos de desenvolvimento distintos, convergindo todas, entretanto, para reforçar a importância de uma política de memória institucional que dialogue com essas diversas iniciativas.

Instituto Oswaldo Cruz (IOC):

Unidade mais longeva da Fundação, o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), fundado em 1900, realiza diversas ações de preservação e ampliação do acesso à memória institucional, incluindo a guarda de Coleções Biológicas, a reconstrução do Museu da Patologia, a manutenção da Sala de Exposição Entomológica Costa Lima e o desenvolvimento de projetos de comunicação dedicados ao tema.

No que diz respeito ao conjunto de Coleções Biológicas, as mais antigas começaram a ser formadas no início do século XX. Em constante processo de ampliação de acervo, desempenham papel estratégico na pesquisa básica, experimentação biológica, prospecção biotecnológica, produção de insumos e bioprodutos em saúde, bem como realizam a conservação ex situ do patrimônio genético da biodiversidade brasileira. Além de contribuir com a

produção bibliográfica especializada, as Coleções Biológicas formam recursos humanos na interface com os cursos de pós-graduação da Fiocruz, prestam assistência ao Ministério da Saúde na realização de serviços de referência na identificação taxonômica de vetores e agentes etiológicos de diversas doenças. Esta característica marcante do IOC, realizada desde sua fundação, pode ser mensurada na diversidade e abrangência de suas vinte e três coleções biológicas, representativas das seguintes naturezas: Microbiológicas (bactérias, fungos e protozoários), Zoológicas (helmintos, moluscos, insetos e outros artrópodes de importância médica) e Histopatológicas (peças anatômicas, blocos de tecidos e lâminas histológicas), além de constituírem a memória epidemiológica de importantes doenças. Os acervos microbiológicos estão integrados às diversas iniciativas institucionais para consolidação da Rede Brasileira de Centro de Recursos Biológicos (CRB's), com protagonismo da Fiocruz através do CRB-Saúde/Fiocruz, em fase de startup. Alguns acervos foram integrados ao escopo do Projeto Preservo, em alinhamento com a COC e o ICICT no âmbito da parceria com o BNDES, com vistas a padronizar, fortalecer e integrar a preservação de componentes bibliográficos, documentais e biológicos dos acervos destas unidades, agregando valor ao seu conjuntos e promovendo sua adequação de infraestrutura e visão sistêmica de gestão, na ótica da conservação preventiva.

Criado por Oswaldo Cruz, em 1903, no contexto de combate a epidemias de febre amarela no país, coube ao Museu da Patologia a salvaguarda de peças anatômicas resultantes das necropsias dos casos estudados. Assumiu espaço no Castelo de Manguinhos tão logo o edifício foi construído. Entre os anos de 1960 e 1980, após relativo abandono inserido no contexto histórico conhecido por "Massacre de Manguinhos," grande parte de seu patrimônio foi perdido. Após este período, com a estruturação do Departamento de Patologia do IOC, o material remanescente vem

sendo mantido e trabalhado desde que o material foi localizado, em 2005. A recuperação e inventário das peças anatômicas foram concluídos em 2006, enquanto o acervo de lâminas segue em trabalho de recuperação. Em 2007, o Museu foi reestruturado e passou a abrigar, além de sua coleção original, a Coleção de Febre Amarela e Coleção do Departamento de Patologia. Atualmente, são objeto de trabalho de pesquisa histórica visando o levantamento de dados e a organização das informações sobre o acervo biológico e documental. Os dados obtidos e o acervo têm sido utilizados como fonte para produção de material pedagógico, destinado a professores e estudantes, e no desenvolvimento de atividades de divulgação científica e educação patrimonial. O Museu mantém um site com exposições virtuais e materiais de divulgação científica e de apoio ao ensino. Um projeto de modernização ora em curso prevê novas condições para acondicionamento e tratamento das coleções a ele associadas e a abertura da reserva técnica do museu ao público.

Dedicada à memória do ilustre entomólogo do IOC Angelo da Costa Lima e com foco na divulgação científica da biodiversidade dos insetos, a Sala de Exposição Entomológica Costa Lima foi inaugurada em 2008. Vinculada à Coleção Entomológica do IOC e situada no Castelo de Manguinhos, a sala abriga a exposição permanente A Entomologia de Costa Lima e a mostra Biodiversidade Entomológica.

Em relação às iniciativas de comunicação do IOC dedicadas à memória institucional, têm sido adotadas diferentes estratégias e suportes. Como exemplos, podem ser citados a produção sistemática de registro fotográfico e audiovisual da rotina institucional para a composição de acervos; o hotsite comemorativo pelos 110 anos do Instituto com depoimentos dos trabalhadores com mais tempo em atividade na instituição ; o desenvolvimento de produtos jornalísticos relacionados a efemérides, como pode ser ilustrado pela cobertura especial sobre

os 110 anos da Coleção de Triatomíneos e os aniversários de programas de Pós-graduação, publicados em 2019; a produção de material audiovisual referente à trajetória de cientistas, incluindo Luis Rey , José Rodrigues Coura , Alina Perlowagora-Szumlewicz e Alexandre Peixoto; o projeto “Oswaldo Inspira: 100 Anos Sem Oswaldo Cruz”, em homenagem ao centenário de morte do patrono do IOC e da Fiocruz, que contou com hotsite e exposição itinerante ; e o projeto de instalação de placas em homenagem aos patronos que nomeiam os prédios do Instituto, atualmente em curso.

Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI)

Ao longo dos anos a Direção do instituto vem realizando esforços para a pesquisa histórica sobre sua trajetória, o que inclui a realização de amplos levantamentos documentais, especialmente iconográficos. O interesse de realizar, em 2018, ações relacionadas aos 100 anos da edificação que abriga o Instituto, a constituição de uma comissão dedicada ao tema e o planejamento de projetos para coleta de depoimentos são outros indicativos do interesse da unidade na temática da memória institucional. No mesmo ano foi lançado o vídeo *100 anos do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, concebido pela COC*.

Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Biomanguinhos)

Há um longo histórico de iniciativas editoriais da Casa de Oswaldo Cruz com Biomanguinhos. Existe hoje na unidade uma intenção de organizar uma exposição permanente sobre a história das vacinas e sua trajetória institucional, a ser instalada no saguão de um dos prédios do complexo de vacinas, no *campus* Manguinhos. Atualmente um único objeto de valor histórico e simbólico

encontra-se em exibição em Biomanguinhos: um fermentador bola, doado por Charles Merieux por ocasião do início da produção local da vacina contra a meningite meningocócica, nos anos 1970.

Na planta de produção de Biomanguinhos, no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (RJ), e em Eusébio (CE), estão previstos espaços para ações museológicas em interface com o território.

Instituto Aggeu Magalhães (IAM) / Fiocruz Pernambuco

O IAM vem desenvolvendo iniciativas direcionadas à valorização do seu patrimônio histórico e da memória institucional, tais como a publicação de livros sobre a história do Instituto: *Memórias revisitadas. O Instituto Aggeu Magalhães na vida de seus personagens (1997)*, organizado por Antonio Torres Montenegro e Tania Fernandes; *Ageu Magalhaes, um pioneiro (2000)*, coordenado por Aggeu Magalhães Filho e Lisabel Klein e *Um domicílio para o movimento sanitário em Pernambuco - breve história do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva-NESC (1987-1997)*, de Djalma Agripino de Melo Filho, publicado em 2000.

Outras iniciativas, tais como a organização de seminário sobre os 50 anos das Pesquisas em Peste no IAM (2016), a exposição *Frederico Simões Barbosa: da Medicina Tropical a Saúde Pública (2016)*, além de vídeo e seminário sobre o centenário do cientista testemunham a importância atribuída ao patrimônio cultural científico e histórico da instituição. Em 2016, foi editada portaria da Direção do instituto criando grupo de trabalho encarregado de planejar e executar ações de preservação do patrimônio histórico na instituição. A iniciativa teve desdobramentos, sob a orientação técnica da COC, no estabelecimento de procedimentos de identificação e tratamento de acervos museológicos e arquivísticos.

Instituto René Rachou (IRR) / Fiocruz Minas

Desde a década de 1980, o IRR vem publicando brochuras⁴, e livros⁵ buscando registrar a sua história (seus laboratórios, sua produção científica e seus cientistas) a maioria deles, em estreita colaboração com a Casa de Oswaldo Cruz.

Mais recentemente deu início ao Projeto *Memória: Trajetória histórica e científica do Instituto René Rachou – Fiocruz Minas*, que busca promover a investigação, organização e divulgação das memórias da instituição com o objetivo de compor e expandir as diversas memórias do Instituto, entrecruzando percursos individuais, itinerários coletivos e o campo da saúde pública em Minas Gerais. Assim, tem produzido materiais sobre a história do Instituto: entrevistas com pesquisadores e funcionários, elaboração de artigos voltados ao grande público, e criação de um canal de podcast, chamado *História Consciência*, acessível em mídias sociais⁶.

⁴ SCHALL, V. Centro de Pesquisas René Rachou: a Fundação Oswaldo Cruz em Minas Gerais. In: CENTRO DE PESQUISAS RENÉ RACHOU. Belo Horizonte: CPqRR, 2000. 44p.

⁵ MARTINS, A.V. A história do Centro de Pesquisas “René Rachou”- Depoimento Pessoal. In: CENTRO DE PESQUISAS RENÉ RACHOU – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Comemoração dos 25 anos de existência. Belo Horizonte: CPqRR, 1980. 95p

THIELEN, E.V.; KLEIN, L.E. A ciência das doenças nas Gerais: da filial de Manguinhos ao Centro de Pesquisas René Rachou. In: CENTRO DE PESQUISAS RENÉ RACHOU. Produção científica 1980-1999. Belo Horizonte: CPqRR, 2000. 147p

KLEIN, L.E. [org]; AZEVEDO, N.; KROPF, S.; HAMILTON, W. Inovando a tradição: Zigman Brener e a parasitologia no Brasil. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/ Belo Horizonte, Centro de Pesquisas René Rachou, Fiocruz, 2003. 300p.

KLEIN, L.E. [org]; AZEVEDO, N.; KROPF, S.; HAMILTON, W.; KATZ, N. Professor Amilcar Vianna Martins: ciência para a saúde. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/ Belo Horizonte, Centro de Pesquisas René Rachou, Fiocruz, 2007. 132p

DIAS, J.C.P. [org] Dr. Emmanuel Dias 1908 -1962. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/ Belo Horizonte, Centro de Pesquisas René Rachou, Fiocruz, 2009. 343p.

⁶ <<http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/quem-somos/historia/>>

Há também iniciativas de recolhimento de objetos dos laboratórios e de diferentes setores da instituição, além de documentação de relevantes pesquisadores deste Instituto que, com o apoio da Casa de Oswaldo Cruz, estão em fase de organização.

O tratamento das questões de memória no Instituto se relaciona também com suas quatro coleções biológicas e ao patrimônio genético e científico por elas representado, com grande biodiversidade genética dos transmissores de patógenos, relacionados a pesquisas em saúde pública⁷.

Instituto Gonçalo Muniz (IGM) / Fiocruz Bahia

O site do IGM⁸ aborda a história institucional, destacando os principais fatos relativos à trajetória da organização a partir de 1950, ano de criação da Fundação Gonçalo Muniz pelo governo do estado da Bahia, passando por sua pela integração à Fiocruz em 1970, até 1980, quando tornou-se uma unidade técnico científica dessa instituição. Um texto dedicado à vida do patrono da instituição, o médico Gonçalo Muniz Sodré de Aragão (1870-1930), encerra a seção. Há também, em fase inicial, iniciativa voltada à identificação, preservação e organização de acervos dos pesquisadores eméritos do Instituto, Zilton Andrade e Sonia Andrade.

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP)

A unidade desenvolve, há aproximadamente dois anos, o projeto Memórias Ensp que teve como ponto de partida o projeto

⁷ <<http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/colecoes-2/>>

⁸ <<https://www.bahia.fiocruz.br/cpqgm/historico/>>

Memórias do *Programa de Estudos Socioeconômicos em Saúde* (Peses) e do *Programa de Estudos Populacionais e Epidemiológicos* (Peppe) - programas instituídos na década de 1970. Cabe mencionar ainda iniciativas relativas à sua memória, tais como a recente celebração dos 50 anos do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria e da Pós-Graduação. Esse evento reflete a perspectiva da memória institucional, uma vez que foi planejado não apenas para confraternizar e celebrar a história, mas também como reafirmação de compromissos com a saúde pública e com o território de Manguinhos. Com acompanhamento da COC, a unidade também realiza o recolhimento de depoimentos e tem avançado na organização de acervos dos departamentos/laboratórios, utilizando a Base Arch, voltada para descrição de arquivos, e as recomendações do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Sigda).

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT)

A busca por usar a inovação em prol da memória está diretamente ligada à missão do Icict. Tudo começou, afinal, com a criação da Superintendência de Informação Científica, em 1986, que logo se tornou um Centro de Computação, e ganhou núcleos pioneiros de vídeo e de programação visual. A *expertise* em encarar a tecnologia como aliada para preservar e difundir informação fez com que assumisse a coordenação de um dos mais preciosos patrimônios culturais da Fiocruz: sua rede de bibliotecas, presente em oito estados brasileiros. O trabalho colaborativo e em rede apoia não só a preservação da memória institucional, mas também amplia o acesso a estes e a outros acervos, a partir da construção coletiva de novas plataformas de disseminação científica.

Hoje o Icict preserva parte fundamental do acervo histórico da instituição. A coleção de obras raras, sob sua guarda, possui cerca de 50 mil itens. São títulos e exemplares de grande relevância para o patrimônio bibliográfico institucional e nacional, entre livros, periódicos, folhetos, teses, mapas e outros materiais. Um acervo que abrange tesouros como o primeiro tratado sobre História Natural do Brasil, denominado *Historia Naturalis Brasiliae*, de 1648, e a versão original da tese de doutorado de Oswaldo Cruz, *A vehiculação microbiana pelas águas*, de 1893. O *Formulário Médico*, compêndio de 1703 atribuído aos jesuítas que reúne receitas e prescrições da época colonial, foi reconhecido como patrimônio documental brasileiro, ao receber o certificado do registro nacional do Programa Memória do Mundo, da Unesco.

Grande parte desses itens vem sendo digitalizado e reunido num acervo digital, em acesso aberto, alimentado pelo Laboratório de Digitalização de Obras Raras, do Multimeios. O site Obras Raras Fiocruz permite que qualquer pessoa possa acessar, online, documentos de grande valor para a história da ciência e da saúde nacional. Caso, por exemplo, do periódico *Brazil Médico*, um dos mais importantes do país, publicado de 1887 a 1971.

O acervo de obras raras integra a Biblioteca de Manguinhos, o núcleo bibliográfico mais antigo da Fundação. Sob sua guarda, há hoje cerca de 1 milhão de itens, conjunto que começou a surgir em 1900, com os primeiros exemplares adquiridos para o então Instituto Soroterápico Federal, e que foi crescendo com a integração de itens pertencentes às coleções particulares de diversos pesquisadores de grande relevância para a área das ciências biomédicas, como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Leônidas e Maria Deane, Antônio Fernandes Figueira, Hayti Moussatché, Henrique Aragão, Miguel Ozório de Almeida. Além disso, todo o acervo da Biblioteca de Manguinhos reflete anos de

pesquisa científica desenvolvida pela instituição, em benefício da sociedade brasileira.

Com o objetivo de preservar e difundir essas coleções, o Icict mantém o setor de Gestão de Acervos Bibliográficos, que gere também as assinaturas de bases de dados bibliográficos e periódicos científicos internacionais integrantes dos acervos das Bibliotecas da Rede Fiocruz.

O Icict é responsável ainda pela Biblioteca de Saúde Pública, localizada na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), e pela Biblioteca da Saúde da Mulher e da Criança, no Instituto Fernandes Figueira (IFF). Ambas reúnem obras diversas que, em seu conjunto, dizem muito sobre a história da saúde pública no Brasil. Além disso, coordena o projeto Bibliotecas Virtuais em Saúde (BVSs).

Com um acervo de mais de 8 mil títulos, disponíveis em várias modalidades de acesso, a VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz preserva e divulga parte da memória audiovisual da saúde pública do país. Atua também na restauração de vídeos como *Democracia é saúde*, que reproduz o célebre discurso de Sergio Arouca durante a 8ª Conferência Nacional em Saúde, e *O Massacre de Manguinhos*, documentário sobre a repressão à ciência feita pela ditadura militar.

O instituto é responsável ainda pela coleção Memória Viva, lançada em 2019, que busca resgatar livros de relevância acadêmica e institucional considerados de difícil acesso. O primeiro deles é *O Massacre de Manguinhos*, narrativa de Herman Lent que recupera um episódio marcante na história da Fiocruz e do país.

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)

A Escola Politécnica mantém diversas iniciativas de fomento à preservação da memória da instituição. Além de possuir um Núcleo de Arquivo e Documentação para promover e acompanhar a preservação, disseminação e o acesso às informações conforme o Programa de Gestão Documental, a EPSJV conta com a atuação da Biblioteca Emília Bustamente (BEB) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-EPS), como centros de preservação e divulgação do conhecimento científico produzido no campo da educação profissional em saúde.

A BEB vem cumprindo sua missão de preencher uma lacuna imprescindível no atendimento de discentes, docentes e pesquisadores envolvidos na formação profissional de nível médio profissional em saúde. A biblioteca preserva e divulga as dissertações produzidas pelos alunos da pós-graduação, assim como os trabalhos de conclusão de curso (TCC) de todos os cursos de nível médio da escola. A BVS-EPS – rede colaborativa que abrange instituições brasileiras produtoras e usuárias de conhecimento na área da Educação Profissional em Saúde (EPS), como as Escolas Técnicas do SUS (ETs-SUS) – vem contribuindo, por sua vez, com a indexação das dissertações produzidas pelos alunos do curso do mestrado profissional da instituição, além de incentivar a produção de memória institucional das ETs-SUS.

A EPSJV conta ainda com o Núcleo de Tecnologias Educacionais (Nuted), vinculado à Coordenação de Desenvolvimento de Materiais e Tecnologias Educacionais (Codemates), responsável pela criação de ambientes de aprendizagem para formação de trabalhadores da saúde pública. Tendo atuado no registro fotográfico e videográfico dos eventos ocorridos na escola ao longo de sua história, o núcleo reuniu expressivo acervo documental, sob

guarda do Arquivo, cuja análise visa contribuir para a construção da história da EPSJV e do campo da educação profissional em saúde no Brasil, a partir da produção de artigos, seminários e, possivelmente, criação de um espaço de memória na sede da unidade. Nesse sentido, vem sendo retomada uma importante iniciativa de produção de memória institucional da escola, um amplo projeto de história oral, realizado entre 2005 e 2007, por ocasião da comemoração dos 20 anos da EPSJV. O projeto, cujo relatório final intitulava-se “Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: 20 anos de história”, produziu entrevistas com 47 profissionais da escola, totalizando mais de 90 horas de gravações.

Além dessas ações, cabe destacar também o significativo papel desempenhado pelo Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde (Lires), que possui duas iniciativas no âmbito da memória institucional: o Curso de Qualificação Profissional em Gestão de Informações, Documentos e Arquivos para Instituições Públicas de Saúde; e o Curso de Atualização em Gestão de Registros e Informações em Escolas e Instituições de C&T em Saúde Pública, numa parceria da EPSJV, ENSP e COC. Ademais, também com a mesma parceria institucional, vem sendo elaborada a formação de EaD sobre memória institucional para as Escolas Estaduais de Saúde Pública e as Escolas Técnicas do SUS, bem como um rico material didático, intitulado “História e Memória Coletiva”, para o Programa de Qualificação em Educação Popular em Saúde.

A comunicação da EPSJV também mantém acervos que retratam a forma como a escola tem se posicionado diante dos dilemas das políticas públicas no Brasil. A escola guarda no seu portal o acervo completo de três revistas jornalísticas editadas pela unidade: a RET-SUS, a RETS, e a Poli. O acervo da Revista RET-SUS, expressa

a atuação, cooperação e formulação política da escola como Secretaria Técnica e Secretaria Executiva de Comunicação da Rede de Escolas Técnicas do SUS. A Revista RETS, da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, retrata e conserva a memória da atuação da EPSJV como Secretaria Executiva dessa rede de mais de cem instituições de ensino e governo da América Latina, África e Europa, e concretiza parte das ações da unidade como Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde. O Portal EPSJV abriga ainda o acervo da Revista Poli – trabalho, educação e saúde, publicação jornalística bimestral da escola desde 2008 até hoje. Ademais, a EPSJV também disponibiliza todo o acervo da revista acadêmica Trabalho, Educação e Saúde.

Por fim, é tradição na EPSJV celebrar seus aniversários e outras efemérides com eventos e publicações. Mais recentemente, em 2016, por ocasião de seus 30 anos, a EPSJV publicou um livro que contém diversos registros históricos importantes, como a transcrição digitalizada dos debates ocorridos nos seminários Choque Teórico I (1987) e II (1989), sobre cuja produção teórico-conceitual se assenta até hoje o projeto político-pedagógico da escola, além de depoimentos sobre o Programa de Vocação Científica (Provoc), pioneiro na iniciação científica para o ensino médio, dentre outros.

Observa-se, ao final do levantamento aqui apresentado, um conjunto diverso de iniciativas que consideradas no âmbito da memória, trafegam pela preservação e gestão dos arquivos, coleta de depoimentos orais, produtos editoriais em formatos impressos e digitais, exposições, identificação de coleções museológicas, sistemas de informações e dados, entre outras. São dotadas de ritmos e tempos distintos, algumas dirigidas ao público de forma mais imediata e direta do que outras, e invariavelmente possuem

“relações de origem” e interdependência. Em outras palavras, precisam ser compreendidas na sua diversidade e complexidade.

A memória e sua relação com outras políticas e ações da Fiocruz

Esta política se alinha com algumas finalidades da instituição, notadamente a de “preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico da Fiocruz e contribuir para a *“preservação da memória da saúde e das ciências biomédicas”*”. Desse modo, reconhece e dialoga com as diferentes políticas, programas e ações institucionais, aqui destacadas.

- a *Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz*¹⁰, que tem por objetivo a preservação e a difusão dos acervos culturais e científicos da instituição. A partir da aprovação da política, o Preservo – Complexo de Acervos da Fiocruz foi institucionalizado como instância responsável por articular com as unidades detentoras de acervos e a Presidência a sua implementação, atuando como uma rede e elo formulador e orientador.

- o *Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGDA)* da Fiocruz, voltado à articulação de unidades, coordenações,

⁹ Disponível no Relatório Final do VII Congresso Interno da Fiocruz, de novembro de 2015:

<<https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/VII%20Congresso%20Interno%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final%20-%20Carta%20Pol%C3%ADtica%2C%20Estatuto%2C%20Mo%C3%A7%C3%B5es%20e%20Pend%C3%Aancias.pdf>>

¹⁰ Aprovada na reunião do Conselho Deliberativo, de abril de 2018.

departamentos e serviços que atuam na gestão, preservação e acesso aos documentos de arquivo, de maneira a definir políticas, diretrizes e normas no âmbito institucional.

- a *Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz*, que pretende contribuir para “fortalecer os mecanismos de preservação da memória institucional e aumentar o acesso e o impacto da produção intelectual da Fiocruz, constituindo-se em um importante instrumento que promoverá, de forma organizada e reunida, a disseminação, acessibilidade e, conseqüentemente, visibilidade do conhecimento gerado na Instituição”;

- a *Política de Comunicação da Fiocruz*, que aponta a importância de “assegurar a preservação dos acervos resultantes das ações de comunicação, de forma integrada e visando à autonomia institucional na gestão de seus conteúdos, em consonância com as Políticas de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais e de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz”.

- a *Ciência Aberta na Fiocruz: a Política de Gestão e Abertura de Dados para Pesquisa*. Em fase de debate em diferentes instâncias, a política busca colocar no centro da discussão os processos colaborativos, de compartilhamento e de reutilização de dados na produção científica da Fiocruz, mediante a evolução das tecnologias da informação e comunicação.

Preservo e as políticas de preservação de acervos

A necessidade institucional de se estabelecer novos modelos de organização, preservação e acesso às suas diferentes tipologias de acervos, de ampliar o conhecimento produzido a partir de tais acervos e promover a integração das ações entre as diversas unidades responsáveis pela guarda desses acervos deu origem ao

Preservo - Complexo de Acervos da Fiocruz. Iniciado em 2008 como projeto, o Preservo conformou-se, a partir de 2014, como elo integrador, formulador, cooperativo e orientador para a conformação de uma rede entre as unidades que detêm acervos na Fiocruz e, desse modo, favorece iniciativas de memória institucional.

O desenvolvimento e implantação do Preservo engloba quatro dimensões: 1) conceitual ou de orientações estruturantes; 2) processual ou de documentação normativa e de referência; 3) preservação e acesso físico; 4) preservação e acesso digital.

A elaboração de documentação normativa e de referência que oriente as ações de organização, preservação e acesso aos acervos na forma de políticas, programas, planos, manuais, entre outros, vai ao encontro dos objetivos do Preservo. Nesse sentido, a *Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz*, aprovada em 2018, e outras políticas institucionais que se relacionam aos acervos fortalecem a implementação do Preservo.

Trajetória de ações museológicas

O patrimônio cultural, natural e científico da Fiocruz constitui importante testemunho material da trajetória da instituição e da saúde pública no Brasil, com grande potencial para investigações históricas. Isoladamente ou relacionadas aos demais acervos sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz e das unidades técnico científicas, ele também nos permite ampliar o conhecimento sobre aspectos da história das ciências e da tecnologia em saúde no país.

A utilização desse amplo patrimônio em exposições histórico-científicas, bem como em atividades educacionais e de divulgação científica em museus, tem sido objeto de reflexões nos campos da

história das ciências, da museologia e da análise dos artefatos culturais. Preservados como patrimônio cultural da ciência e da saúde, postula-se para eles um papel como fontes de informação, úteis para a interpretação de fatos, conjunturas e processos sociais.

A experiência museal é parte da vida da Fundação Oswaldo Cruz desde seus primórdios, mas foi na década de 1970, no âmbito do projeto de reestruturação institucional, que teve início uma ação museológica profissionalizada dirigida à coleta, reunião e catalogação de um acervo que seria incorporado à Casa de Oswaldo Cruz, a partir de sua criação em 1986. Na década seguinte, com a criação de um museu de ciência na Fiocruz, este acervo passou a integrar a Reserva Museológica do Museu da Vida, inaugurado em 1999.

A seguir, apresentamos alguns marcos de uma trajetória centenária de valorização da memória institucional, da história da saúde pública, da educação e divulgação da ciência.

Museu de Patologia (1903)

No projeto concebido por Oswaldo Cruz e Luiz de Moraes Junior para o Pavilhão Mourisco, principal edificação do Instituto de Manguinhos, uma ala foi destinada à implantação de um museu dedicado à anatomia patológica das doenças endêmicas. Esse museu foi o primeiro guardião das coleções científicas da instituição, que incluíam amostras de anatomia patológica de doenças tropicais – febre amarela, peste, ancilostomíase, beribéri – além de exemplares relacionados às pesquisas desenvolvidas na instituição, notadamente nas áreas da entomologia e da zoologia médica.

O Museu da Patologia e seu acervo foram diretamente afetados por períodos de crise institucional e pelo episódio conhecido como

Massacre de Manguinhos, quando em plena ditadura militar (1964-1985) cientistas foram cassados e precisaram deixar a instituição.

O Museu Oswaldo Cruz (1917)

Após a morte de Oswaldo Cruz, sua sala de trabalho foi transformada em um museu dedicado à sua memória. Segundo Henrique Aragão, contemporâneo do cientista, o museu possuía uma espécie de mística, condensando e atualizando o sentido heroico dos primeiros dias da Fundação. Na evocação do autor:

A sala em que Oswaldo trabalhou até os últimos dias de sua vida, (...), foi piedosamente conservada como se achava então, trazendo-se para ela alguns dos aparelhos que usou nos primeiros dias do Instituto (...). Hoje, quando penetramos nessa sala, onde muitas coisas se encontram como ele as dispôs, temos a impressão que a deixou por momento e vai voltar, tão impregnado está o ambiente de seu espírito e da sua vida. (ARAGÃO, 1950)

Nos anos de 1960, o Setor de Documentação do IOC promoveu a integração desse museu à biblioteca e às atividades auxiliares, como o laboratório fotográfico e ilustradores científicos. Em 1972, por ocasião do Centenário de Oswaldo Cruz, o museu foi revitalizado com novas doações, sobretudo de Oswaldo Cruz Filho, passando a ocupar três salas do Castelo. Além de dedicar-se à memória do fundador, passou a expor os trabalhos científicos de Manguinhos.

Durante processo de reestruturação da Fundação, ocorrido entre 1975 e 1978, o reconhecimento do valor do patrimônio histórico institucional permitiu o início da coleta regular de objetos

representativos das atividades da Instituição, atualmente sob responsabilidade do Museu da Vida.

O Museu Didático Marquês de Barbacena (1978)

Este Museu, experiência de curta existência que funcionou na Cavalaria, oferecia ao público - formado por estudantes e professores da educação básica - demonstrações vivas, slides e painéis sobre doenças, processos de produção de soros e vacinas e aspectos da metodologia científica.

O Museu da Casa de Oswaldo Cruz (1987)

Após a criação da Casa de Oswaldo Cruz (1986), unidade técnico científica destinada a pesquisa em história e a preservação do patrimônio cultural da saúde, os acervos do Museu Oswaldo Cruz e do Museu Didático Marques de Barbacena foram incorporados em um novo espaço: o Museu da Casa de Oswaldo Cruz, inaugurado no ano seguinte. Ampliaram-se as ações de preservação do patrimônio histórico da instituição, abarcando as áreas de arquivo e documentação, biblioteca e o patrimônio arquitetônico edificado.

Durante a década de oitenta inúmeras exposições de divulgação sobre temas diversos foram organizadas pela Casa de Oswaldo Cruz e, juntamente com a exposição reaberta no edifício da Cavalaria, aprofundaram a atuação da unidade no campo da divulgação científica e popularização da ciência, sempre a partir de uma perspectiva histórica e cultural.

O Museu da Vida (1999)

Vinculado à Casa de Oswaldo Cruz, a Fiocruz inaugurou, em 1999, o Museu da Vida (MV), espaço de integração entre ciência, cultura

e sociedade que tem por objetivo informar e educar em ciência, saúde e tecnologia de forma lúdica e criativa, por meio de exposições, atividades interativas, multimídias, teatro, vídeo e laboratórios. Cumprindo a sua função de divulgação científica – e considerado hoje a “porta de entrada” da Fundação – o MV é visitado a cada ano por cerca de 60 mil pessoas, grande parte delas alunos de escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro e até de estados vizinhos. As iniciativas vão muito além dos limites do *campus* da Fiocruz: estima-se que 3,7 milhões de pessoas já tenham visto as exposições do Museu da Vida em outros estados. Grande parte do acervo museológico da Fiocruz, com cerca de dois mil objetos e fruto das experiências anteriores, está reunido sob a guarda do Museu da Vida.

Desde 2014, a Casa de Oswaldo Cruz desenvolve o Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (Nahm)¹¹ que, entre seus objetivos, busca ampliar a dinâmica cultural do Museu da Vida por meio da destinação de novos usos para os espaços históricos que conformam o núcleo original da instituição. Essa ampliação terá um profundo impacto nas ações do Museu da Vida, como a expansão de suas áreas de exposição de

¹¹ As edificações do Nahm foram projetadas pelo engenheiro português Luiz de Moraes Junior no início do século XX, por determinação do médico e sanitarista Oswaldo Cruz e é formado, inicialmente, pelas edificações ecléticas do Pavilhão Mourisco, edificado entre 1904 e 1918; da Cavalariça e do Pavilhão da Peste (atualmente denominado Pavilhão do Relógio), ambos construídos em 1904 e tombados pelo Iphan em 1981; do Pombal (1904); do Aquário de Água Salgada, construído em 1915 e demolido em 1960; do Pavilhão Figueiredo Vasconcelos (atualmente denominado Prédio do Quinino), esse construído em 1919; da Casa de Chá, construída durante as obras do Pavilhão Mourisco, e do Hospital Evandro Chagas (1918), além de outras instalações tais como biotérios e equipamentos de infraestrutura, atualmente inexistentes. Totaliza uma área de 18.000 m² de pavilhões concebidos segundo os padrões da arquitetura eclética, em uma área de entorno de 270.000 m². O Plano de Requalificação do Nahm inclui grande parte dessas edificações e também a Praça Pasteur, o Caminho Oswaldo Cruz e o Pavilhão Henrique Aragão, construído na década de 1950 já nos padrões da arquitetura moderna, de modo a conformar uma área contínua e ampliada de intervenção.

longa duração; a intensificação de sua relação com o território em que está inserido; o reposicionamento de sua comunicação com a sociedade; e novas perspectivas na relação com os acervos científicos e culturais da Fiocruz.

INSTITUTO
EDIFÍCIO PARA F
e EST



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

FACHADA PRINCIPAL

